

O manuscrito contra os protestantes do Padre João Baptista de Castro (1756) The Manuscript Against the Protestants by Father João Baptista de Castro (1756)

MANUEL CURADO¹

Resumo: O inventário completo dos documentos portugueses em torno da Reforma e das percepções portuguesas da vida das nações protestantes ainda está por fazer. A presente comunicação procura contribuir para esse inventário com um estudo sobre um manuscrito da Biblioteca Pública de Évora (códice CXII/2-13, a fl. 51). O *Discurso sobre Vários Pontos da Religião contra os Hereges Protestantes*, do Padre João Baptista de Castro (1700-1775), elenca de um ponto de vista católico os preconceitos que os protestantes tinham a respeito dos ritos do catolicismo romano. Este texto, datado de 2 de fevereiro de 1756, revela também o amplo conhecimento que Baptista de Castro tinha de autores anglicanos pouco conhecidos em Portugal, como o bispo Edward Stillingfleet (1635-1699) e o publicista Joseph Addison (1672-1719), fundador do *The Spectator*. Baptista de Castro, mais conhecido pelas suas obras de divulgação, em que utilizou por vezes o pseudónimo de Custodio Jesam Baratta (e.g. *Recreação Proveytosa*, 1728), não ultrapassa o nível do anedotário. Figuras como Lutero e Henrique VIII são apoucadas aos seus olhos como autores de interpretações erradas de textos religiosos. Recusa atribuir, pois, qualquer bondade ao movimento da Reforma. A comunicação termina com uma reflexão sobre o valor perene de documentos como este *Discurso*.
Palavras-chaves: Padre João Baptista de Castro; Anglicanismo (em Portugal); Protestantismo (em Portugal); Preconceito.

Abstract: The complete inventory of Portuguese documents regarding the Reformation and Portuguese perceptions of the lives of Protestant nations remains to be done. This paper aims to contribute to that inventory with a study of a manuscript from the Évora Public Library (codex CXII/2-13, on folio 51). The *Discurso sobre Vários Pontos da Religião contra os Hereges Protestantes* by Father João Baptista de Castro (1700-1775) lists, from a Catholic point of view, the prejudices Protestants had about the rites of Roman Catholicism. This text, dated February 2, 1756, also reveals Baptista de Castro's extensive knowledge of Anglican authors little known in Portugal, such as Bishop Edward Stillingfleet (1635-1699) and the publicist Joseph Addison (1672-1719), founder of *The Spectator*. Baptista de Castro, better known for his popular works, in which he sometimes used the pseudonym Custodio Jesam Baratta (e.g., *Recreação Proveytosa*, 1728), does not rise above the level of anecdote. Figures like Luther and Henry VIII are belittled in his view as authors of erroneous interpretations of religious texts. He refuses, therefore, to attribute any merit to the Reformation movement. The paper concludes with a reflection on the enduring value of documents like this *Discourse*.
Keywords: Father João Baptista de Castro; Anglicanism (in Portugal); Protestantism (in Portugal); Prejudice.

¹ Universidade do Minho, Portugal. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-3159-086X>.

1. A percepção do Outro protestante

O inventário completo dos documentos portugueses sobre a Reforma ainda está por fazer. Todos os contributos são preciosos para que venha a ser possível ter no futuro uma história crítica da receção desse movimento em Portugal. A percepção que os portugueses tinham do modo como se vivia nas nações protestantes é especialmente difícil de investigar. Como não existe um modo direto de estudar as percepções, só pela via indireta do estudo de documentos se pode reconstruir a história da representação do Outro, no caso em apreço, o Outro dos países do distante Norte, o Outro que realizou ações que têm um significado transcendente, porque podem ser interpretadas, por uns, como um momento do processo longo do distanciamento humano em relação a Deus, e por outros, como a recuperação da fé das primeiras comunidades cristãs e, desse modo, de aproximação a Deus. Como é evidente, um capítulo, mesmo que marginal, da história da representação do modo como o Outro se relacionou com Deus é especialmente relevante, porque está em causa o assunto maior das vidas humanas, o seu sentido último, o sentido que só pode ser encontrado em Deus. A representação do Outro é o objeto cultural híbrido que tanto mostra aspetos do correlato da representação quanto aspetos das pessoas que representam esse correlato. Esse espelho, que é sempre imperfeito, fixa a realidade nos seus dois lados.

O inventário que se mencionou contribuirá certamente para uma imagem rica de um assunto que, estando aparentemente fixado pelo tempo histórico, tem, como se vê, um alcance vasto. Verificando-se a fragilidade do meio que suporta a representação (o texto, o parecer, o testemunho, o livro, o quadro, etc.), o assunto transborda todos os vasos imperfeitos que o possibilitam e limitam ao mesmo tempo. Várias classes de documentos poderão ser consideradas, desde diplomas oficiais até relatos de viagens pelos países reformados, passando por apontamentos marginais e por meditações exaustivas.

É no contexto destas reflexões metodológicas que deparamos com um pequeno documento setecentista com apontamentos muito interessantes sobre o capítulo inglês do grande livro da Reforma europeia. O sempre útil *Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Pública Eborense*, de Joaquim da Cunha Rivara e Joaquim Teles de Matos, dá notícia do manuscrito *Discurso sobre vários pontos da religião católica contra os hereges protestantes* (cód. CXII/2-13 a fl. 51), do Padre João Baptista de Castro (1700-1775). Os bibliógrafos eborenses descrevem o documento como sendo um «parecer» (Rivara e Matos, 1874: 70). Apesar da curiosidade vasta que o Padre Baptista de Castro revela pelos assuntos do mundo nas muitas obras de natureza erudita e enciclopédica que assinou, como a *Recreação proveitosa* (1728) e o *Mapa de Portugal antigo e moderno* (1762), não se esperaria que o sacerdote se ocupasse do pro-

testantismo. Não tendo sido embaixador, as suas viagens limitaram-se a Roma e a outras cidades italianas. O ilustre bibliófilo Diogo Barbosa Machado, seu contemporâneo, perpetuou a boa impressão que tinha do Padre Baptista de Castro ao descrevê-lo como «um dos eclesiásticos mais modestos e eruditos» da corte da época (Machado, 1747: 596). É precisamente em nota erudita e modesta que, a 2 de fevereiro de 1756, o sacerdote cortesão se pronuncia sobre os alegados hereges protestantes. Sinal da erudição do «parecer» são as referências a autores anglicanos pouco conhecidos em Portugal, como o bispo Edward Stillingfleet (1635-1699) e o publicista Joseph Addison (1672-1719), fundador da importante revista *The Spectator*. Os documentos fundadores da Igreja Anglicana foram aparentemente lidos com atenção, como se vê pela referência aos *Thirty-nine articles of the Church of England*, fixados em 1571, depois de um processo muito rico (cf. VV.AA., 1783).

A erudição deste autor setecentista é hoje já pouco conhecida e apreciada. Como exceções a este panorama assinalam-se apenas a reedição de um dos seus livros sapienciais – *A aflição confortada: dirigida à virtude da paciência*, em 1987 – e, da parte da investigação, o lugar de destaque que um investigador do calibre do professor Aníbal Pinto de Castro lhe dá nos seus estudos sobre a história da Retórica e da Teorização Literária em Portugal (Castro, 2008). O seu nome já apareceu estranhamente associado a temas profanos (Anónimo, 2008: 67).

Como a história completa da representação do Outro protestante ainda terá de ser feita no futuro, importa salientar desde já os pontos principais da perceção que o autor especialmente bem informado do *Roteiro terrestre de Portugal* tinha da parte inglesa do vasto processo da Reforma. Modesto pormenor de um assunto vasto, é, contudo, um testemunho relevante do modo como uma das personalidades mais eruditas da Igreja Católica de Setecentos entendia o que se tinha passado nas terras distantes de Albion.

2. O sentido da Reforma Protestante

O Padre Baptista de Castro começa por denunciar a perceção que julga que os protestantes ingleses têm do catolicismo. A perceção de uns é a perceção de outros. Focalizando a sua crítica num discurso publicado na revista *The Spectator*, assinado por Joseph Addison (*The Spectator*, 201, 20 de outubro de 1711, reeditado em Addison, 1854: 483), afirma que os protestantes consideram que a religião romana é «cheia de superstições e cerimónias supérfluas», opinião fundada unicamente numa observação que um inglês fez em Roma, onde, diz, «escusadamente se gastaram duas horas em mudar paramentos» (ver abaixo o Anexo com a transcrição do pequeno manuscrito). Está em causa, como é manifesto, um jogo de perceções mútuas sobre o aspeto formal dos ritos religiosos, o cerimonial. Não se trata apenas de uma observação esporádica que tenha sido inflacionada ao nível

da caricatura; a notícia do *The Spectator* tem raízes mais fundas, mas Baptista de Castro poderia não a ter considerado relevante. De um lado está a percepção reformada de que o rito católico é maioritariamente composto de coreografias sofisticadas, mas que são, em última análise, sem sentido ou até mesmo prejudiciais; e, do outro lado, está a surpresa de um olhar católico perante a atitude protestante. A condenação dos ritos romanos e o louvor dos ritos da religião reformada são pequenos apontamentos num processo mais amplo. Não se trata apenas de procurar a justificação doutrinária da bondade de uma das formas rituais. O que parece perturbar o Padre Baptista de Castro não é tanto o conteúdo doutrinário que sustenta as diferenças dos cerimoniais quanto o abandono protestante de uma comunidade de crença.

Esse abandono acontece num contexto preciso. Diz ele que a nação britânica é das mais antigas da Europa e que o catolicismo, ou, nas suas palavras, a «Religião Romana principiou nela a resplandecer muito antes que em outros reinos do nosso continente». Enfatizando sobremaneira o que está em causa, Baptista de Castro chega a recorrer a uma obra de Stillingfleet que fabula que teria sido o próprio São Paulo «o primeiro instituidor de uma Igreja naquela Ilha» (cf. Stillingfleet, 1685: 38). A força do cristianismo vê-se tanto na grande antiguidade da sua presença nas Ilhas Britânicas quanto no exemplo, na pujança e até no número dos santos que alcançaram a palma

do martírio nas suas vidas consagradas e inspiradoras para o povo cristão. Durante mais de 13 séculos, os povos britânicos elevaram-se, nas palavras de Baptista de Castro, «à perfeição de se reduzir toda a nação à crença do Catolicismo, obedientes a um só Pastor, uma só Lei, unânimes na Doutrina que pregaram os Apóstolos, crendo nos Mistérios que Cristo instituiu e ensinou». Qual é o âmago da surpresa incontida do autor de *Hora de recreio nas férias de maiores estudos e opressão de maiores cuidados* (1750)? É este: uma comunidade de fé ascendeu a uma perfeição, mas essa perfeição revelou-se instável.

Está aqui equacionado um problema teológico momentoso, mas também um problema filosófico ainda sem solução: a instabilidade da perfeição. É claro que, perante o enorme problema teológico aqui em causa, a inteligência humana apouca o problema demasiado vasto, sublinhando apenas o seu lado humano, nomeadamente o papel dos protagonistas da Reforma. Trata-se de uma estratégia retórica que apouca o significado da decisão do Outro através da fulanização do processo: a culpa da Reforma foi de fulano ou de sicrano. O Padre Baptista de Castro não repara nas linhas contraditórias do seu próprio pensamento. Por um lado, percebe o peso de séculos de vida religiosa (são séculos que estão em causa, não dias) e até descreve esse fenómeno como uma ascensão à perfeição; por outro lado, destaca os protagonistas da Reforma, especialmente Lutero, que, nas suas palavras, é descrito como

«famoso heresiarca», e, como não poderia deixar de ser, Henrique VIII e a história de má memória da sua vida matrimonial cheia de sobressaltos. A estes nomes muitos outros poderiam ser acrescentados. A questão inquietante é, contudo, esta: se, de facto, as Ilhas Britânicas e a Europa Ocidental ascenderam a uma alegada perfeição na fé, não se compreende o aparecimento desses protagonistas perturbadores dessa fé; além disso, mesmo que tenham aparecido, é difícil compreender por que razão as populações os tenham levado a sério e seguido no abandono da comunidade católica. Se existiu essa proclamada perfeição, o apoio da população não teria tido razão de ser. A menos, é claro, que essa perfeição fosse meramente retórica, parte daquele velho filão do pensamento aristotélico que foi a teorização retórica, área de reflexão onde aliás se destacou o Padre Baptista de Castro, através da publicação do *Espelho da eloquência portuguesa*, em que usou o seu pseudónimo Custódio Jasão Barata (1734), e do projetado *opus magnum*, o seu vasto, mas inacabado, *Homem retórico ou Tratado de Retórica* (Machado, 1747: 597; Rivara e Matos, 1871: 13). Neste caso, um especialista em meios retóricos estaria precisamente a construir através desses meios uma perfeição mais ideal do que real.

Não seria fácil, certamente, a um padre católico, mesmo que curioso, modesto e erudito, reparar que a leitura de que houve na velha Albion, ou em qualquer outro sítio na Europa, uma alegada perfeição da fé da comunidade

dos crentes implica tarefas intelectuais complicadas, nomeadamente a tarefa intelectual de justificar a existência de uma perfeição numa Terra imperfeita; a tarefa de justificar a instabilidade dessa perfeição, tarefa especialmente ingrata e complicada para a racionalidade humana, porque essa alegada perfeição teria alegadamente uma base divina, não se compreendendo como seria possível esse tipo de perfeições, nem, tendo existido essa perfeição, que a base divina mudasse de ideias e permitisse a imperfeição da instabilidade da crença; e, obviamente, a tarefa de inventariar com precisão os fatores humanos que terão contribuído para a alegada imperfeição que motivou ou consubstanciou o processo da Reforma. A fulanização do capítulo inglês do assunto impede a apreensão do significado perene dos eventos. Recordando a reflexão muito posterior que um George Bernard Shaw fez sobre as óperas de Wagner em *The perfect Wagnerite: A commentary on the Niblung's Ring*, de 1898, a postura de Baptista de Castro recorda os ouvintes que são incapazes de ver nas figuras operáticas problemas humanos perenes que nada têm de subjetivo, a «whole tragedy of human history», como lhe chama o dramaturgo irlandês, sendo, pois, Wagneritas imperfeitos (Shaw, 1913: 63).

A propósito desta última tarefa, várias problemáticas poderiam ter sido exploradas por mera análise racional do assunto: a perfeição poderia ter sido ilusória; a perfeição de uns poucos ofuscava a imperfeição de uns muitos;

a diminuta perfeição que terá existido teria sido paga a um preço elevado; e, sendo impossível esquecer, há ainda a problemática de a perfeição religiosa ser apenas uma modesta aparência da estrutura da mente humana, que aspira a um ideal sempre inatingível. Qualquer destas tarefas pode ser executada como mero exercício acadêmico por qualquer pessoa racional, mas, como se compreende, este é o tipo de pensamento que só poderia ocorrer numa época secularizada muito posterior ao tempo de Baptista de Castro, e, apesar de ser um mero exercício acadêmico, é precisamente o tipo de linha de pensamento que *nunca* poderia passar pelo espírito de um sacerdote que vivia num país com Inquisição, por muito criativo que fosse esse sacerdote, como é evidente que era, ao verificar-se a excelência da sua produção erudita e a versatilidade de espírito que revelou ao assumir pseudónimos literários como o já mencionado Custódio Jasão Barata e outros (e.g. Irmão João da Purificação, ou Pero Vaz Roxo). Há pensamentos que, podendo em tese ser pensados, nunca chegam *de facto* a ser pensados, não se sabendo por que razão as pessoas não realizam um trânsito que, sim, está ao seu alcance. Compreende-se, muito parcialmente e de modo retrospectivo, o que se vê como impensável.

O manuscrito do Padre Baptista de Castro é precioso para qualquer época posterior à do seu autor, porque fixa uma relação entre o que é possível pensar e o que é a sua fronteira extrema — o impensável. Neste sentido, o «pa-

recer» tem um valor filosófico que ultrapassa o assunto datado a que aparentemente se dedica em exclusivo: o que está em causa na representação desse assunto é lição perene sobre a não efetivação do que é possível pensar. Não pensar o que se poderia pensar revela o que é impensável em absoluto, o que nunca chegará ao pensamento. Mais ainda, a riqueza deste e de outros textos testemunhais mostra a urgência de eles não ficarem reféns de hermenêuticas historiográficas positivistas e cientistas, garantidas por exércitos de sacerdotes hermeneutas que alegadamente afirmam conhecer os seus significados, porque identificam os correlatos dos textos. A Reforma inglesa é facilmente identificada, certamente, mas o que permanece por compreender é o limite da atividade de pensar. Baptista de Castro poderia ter pensado diferentemente, mas, com objetividade, não o fez. Tornou-se, desse modo, *Everyman*, símbolo de uma humanidade limitada pelas suas próprias representações.

Depois do elogio da perfeição da fé, com os pontos doutrinários que se esperariam — existência de um só pastor e de uma só lei, percepção da unanimidade eloquente da doutrina, afirmação ostensiva da crença na bondade intrínseca e incontestável do objeto da própria crença, proclamação da importância de se viver a vida em conformidade com a crença, etc. —, avança-se com a tal fulanização do processo. Mais, denuncia-se a fragilidade inaceitável dos protagonistas britânicos, a sua «paixão atroz» ou a sua «teima de capricho».

A Reforma anglicana teria tido uma origem frágil. Esta: a atuação infeliz e inaceitável de um monarca que se teria imiscuído sem sabedoria em assuntos que ultrapassam a legitimidade dos monarcas, porque são a fonte última dessa legitimidade. Descrevendo o que se passou, o Padre Baptista de Castro diz que os britânicos viviam «todos conformes [e] sem discrepância até à infeliz época de 1527, tempo em que o desgraçado rei Henrique VIII entrou nas tenções de cassar o matrimónio que tinha contraído havia 18 anos com a rainha Catarina de Aragão, de quem tinha já três filhos, só a fim de [pôr] no Trono o infame objeto do seu ilícito amor, que era Ana Bolena».

Molda estas palavras o olhar cinematográfico que é lançado sobre a ação humana: algo se passou de determinado modo, até que, subitamente, uma «infeliz época» deu cabo de tudo. Muito haveria que pensar a este respeito: a teoria da ação humana, o conceito de responsabilidade dos protagonistas históricos, o papel da monótona luta pelo poder, e até o «esquecimento» que o hipotético dono do rebanho humano, o objeto último das crenças humanas, teria tido para com os membros do rebanho de crentes. Cada pequeno episódio histórico confronta a pessoa racional com as mais tormentosas questões de Filosofia da História e da Religião. Diferentemente, o Padre Baptista de Castro não parece atormentado por questões sobre a natureza última do que acontece nos fios do Tempo a que se chama História. Não sendo em hermenêutica o equi-

valente a um Wagnerita perfeito, não apreende a «tragédia completa da história humana» que aconteceu em Inglaterra.

O seu discurso tem simetria. Depois de dedicar um parágrafo a descrever os degraus da ascensão à perfeição, vai daí – depois da tal «infeliz época» – dedica outro parágrafo a descrever a percepção que tinha do processo da Reforma cristã. Afirmo ele, com uma nota de bom-humor a disfarçar a aversão que lhe causa falar desse assunto, que desde essa «vergonhosa data conta o seu princípio a Religião Reformada, que há duzentos e trinta anos que trabalha na reforma dos chamados abusos da Religião, e por isso se acham sem nenhuma». Este é um argumento poderoso. O que o Padre Baptista de Castro está a afirmar é que o processo de reforma da religião acabou com a própria religião. A tarefa a que os reformadores se lançaram de acabar com os alegados abusos da religião não se teria detido em nenhum ponto razoável, e a Reforma acabou por devorar o seu próprio objeto. Esta é uma crítica importante que o aproxima da perspicácia do Wagnerita perfeito, porque é o tipo de reflexão que se encontrará muitas outras vezes noutros contextos diferentes da religião. Quantas análises semelhantes foram feitas no século xx a propósito das revoluções políticas que, depois de destruírem os inimigos reais ou imaginados, devoraram os seus próprios apoiantes? Algumas das pérolas literárias do romance político abordam precisamente o modo como a revolução tende

a devorar os seus proponentes. Recordem-se romances como *Darkness at noon*, de Arthur Koestler, uma obra de 1941, e *Animal farm*, de George Orwell, de 1945, em penhor de muitas outras. O que causa surpresa a um leitor contemporâneo do *Discurso* do Padre Baptista de Castro não é o golpe de génio que permitiu ver num assunto religioso uma forma política determinada; o que, sim, causa surpresa é uma estranha ausência. O erudito e curioso sacerdote não parece ter reparado que a forma do processo do Tempo a devorar os seus próprios filhos não é relevante apenas no que aos filhos concerne, mas é sobretudo relevante para o que ao Tempo concerne. Dizendo de outro modo: se se afirma que a Reforma cristã, ao pretender acabar com os abusos da religião, acabou com a própria religião, a ênfase é colocada sobre o conteúdo «abusos da religião». Não se percebe que o processo que combate os abusos é também o que cria a religião; aliás, a mesma lógica poderia ser aplicada com monotonia ao passado, na figura do fundador do cristianismo: foi por combater os muitos vícios do judaísmo, em primeiro lugar, e do paganismo, em segundo lugar, que o cristianismo teve oportunidade de se fundar e propagar.

O que o Padre Baptista de Castro vê e, sobretudo, o que não vê permitem perspetivar a Reforma de um modo desprovido de protagonismo, qualquer que seja o rosto desse protagonismo, Lutero, Henrique VIII, Calvino ou algum outro. A própria linguagem tende a substantivar esse processo: diz-se *a Reforma*;

diz-se, imediatamente em oposição, *a Contrarreforma*. A denúncia do processo que se seguiu à Reforma, no manuscrito esquecido na Biblioteca Pública de Évora, não conduziu a nada, porque esse documento não teve qualquer papel na história do mundo; todavia, denúncias semelhantes tiveram um papel desproporcionado, um papel que vitimiza os crentes da época e a comunidade vasta dos crentes de épocas posteriores. Compreende-se que se pode criticar o que se seguiu à Reforma — é um lugar-comum referir com monotonia previsível o espetáculo infeliz que é a atomização, que toca quase o absurdo, das seitas cristãs reformadas —, mas não se repara que esse mesmo processo foi o que, em primeiro lugar, colocou o próprio cristianismo na história do mundo. Dizendo ainda de outra forma: a crítica ao modo como a Reforma se devorou a si mesma, qual vulcão que, ao queimar tudo, se destrói a si mesmo, tem um potencial filosófico extraordinário. Obriga a pensar, entre muitas outras coisas, nos objetos de crença, como se poderiam denominar, que vão surgindo na história do mundo com o rótulo de religiões. Pode acontecer — numa tese filosófica imaginativa — que não existam de todo religiões no mundo, mas apenas um processo de construção de sentido da existência humana; afinal, o Padre Baptista de Castro está a mostrar um modo de acabar com as religiões, sem disso ter consciência, como é óbvio. Se, com este pensamento pouco desenvolvido, se consegue o feito de apoucar a força hipnó-

tica que as religiões têm sobre os crentes, o que se conseguiria com pensamentos e linhas de análise muito mais sofisticados? Desde essa segunda metade do século XVIII, em que o Padre Baptista de Castro teria escrito este *Discurso*, até ao século XXI, em que se podem ler essas páginas esquecidas num arquivo português de província, que se tenta responder a essa pergunta. O sacerdote indubitavelmente conservador, mas de horizontes amplos, que era Baptista de Castro teve o génio suficiente para ver que a Reforma contribuiu para dar cabo da religião; mas, curiosamente, não teve génio idêntico para ver que a Contrarreforma *também* deu cabo da religião; e, obviamente, não estava ao seu alcance poder ver de todo que o mesmo viria a acontecer com o Vaticano II. A regra parece ser esta: se se procura melhorar, ir-se-á estragar.

Como é óbvio, o modesto *Discurso* de Baptista de Castro oferece apenas um grão de areia da praia infinita das coisas. Um dos vultos das letras europeias que mais ensinou os europeus a pensar, melhor ainda do que muitos filósofos profissionais, compreenderia tudo isto muito bem. Oscar Wilde, no admirável ensaio *A alma do homem sob o socialismo* (1891), lança a dúvida sobre se a ação filantrópica bondosa de auxílio ao próximo não será de facto um modo de perpetuar a existência menor ou até mesmo miserável do próximo. Qualquer reforma só se justifica por querer ser o que se propõe vir a ser: uma reforma. Mas é precisamente por ser o que se propõe

vir a ser que apenas perpetua o que sempre existiu e o que mostra que não é possível qualquer reforma no mundo em que os seres humanos vivem. Se se reforma algo, está-se a dar cabo de umas coisas e a criar outras, que, a seu tempo, também terão de ser reformadas, e assim por diante, continuando o pesadelo infinito que se chama vida humana.

Nunca se saberá se o Padre Baptista de Castro teria consciência do potencial subversivo das suas observações tão aparentemente conservadoras e tão na linha da ortodoxia católica setecentista. Talvez a presença de algumas notas de humor, que não chegam à caricatura, mostre que o sacerdote teria alguma má consciência da situação. Rematando a sua reflexão sobre a Reforma na Grã-Bretanha, diz com argúcia que o «fruto que se vê naquele reino [sc. é que] há quási tantas as seitas como as famílias, e ainda mais haver famílias e[m] que serão tão diferentes as crenças, que o Pai segue uma, a Mãe, outra, os filhos, diversas, e até os servos as que têm são [des]encontradas». Este olhar católico sobre a Reforma, ao mirar com bom humor para o nível absurdo de atomização das crenças, onde cada pessoa tem a crença que lhe der jeito, é estranhamente profético. Vê-se que o Padre Baptista de Castro se apercebeu da dimensão morfológica das crenças humanas. Na sua época, não poderia sem caricatura provar a existência da atomização das crenças; poderia apenas verificar que a unidade de crença anterior à

Reforma foi substituída por um conjunto de seitas com crenças comuns.

Como peças de um quebra-cabeças conceptual, cabe aos leitores de épocas posteriores a 1756 a tarefa de as juntar. O que está de facto neste olhar católico? Já se viu: a Reforma devorou-se a si mesma. O que acrescentou o humor de Baptista de Castro? Isto: a Reforma tende a atomizar até um ponto absurdo as crenças dos membros da comunidade de crentes. As duas peças podem ser agora unidas: a atomização das crenças é um modesto episódio que antecede o desaparecimento das crenças. Este parece ser, para Baptista de Castro, o sentido último da Reforma, tal como se manifestou na Igreja Anglicana.

3. A Reforma como precipício da razão

É importante perceber-se que esta reflexão do sacerdote português tem uma estrutura fractal, mesmo que o próprio autor não se aperceba disso, obviamente, já que os conceitos da matemática fractal são do século XX. As grandes linhas da sua reflexão reiteram-se nos exemplos concretos que aborda. Veja-se a questão dos Sacramentos e da Transubstanciação. Como católico romano, o Padre Baptista de Castro não pode aceitar que os anglicanos defendam «que a transubstanciação não se pode provar pela Escritura Santa, a que ela é contrária». A denúncia é a que se esperaria: fulanização do processo; destruição de um mistério, rosto parcial óbvio da totalidade da religião; compreensão clara de que o processo

reformista dá origem a novas crenças; cegueira misericordiosa perante a possibilidade de se aproximar a nova crença da velha crença, vendo em ambos momentos efémeros de um processo que escapa à racionalidade humana. Nos termos utilizados no próprio *Discurso*: «só na Grã-Bretanha se acharam capazes um punhado de lisonjeiros, e complacentes para com os seus apaixonados monarcas, a formar uma nova crença, e transtornar o mais sublime Mistério qual é o da Eucaristia, por condescender com os apetites humanos».

O que se vê, o que não se vê e o que nunca se poderá ver bailam no espírito do denunciador da heresia reformista. A identificação dos fatores que conduzem a uma nova religião é feita claramente. O Padre Baptista de Castro descreve de um modo político a criação das novas verdades a serem seguidas pelos protestantes. A nova verdade parece derivar de um processo oficial. Os protestantes criam novas alegadas verdades, assim como os artesãos produzem objetos e os parlamentos produzem diplomas legais e resoluções: «Esta foi a resulta [*sic*] da assembleia que congregaram para formar o Símbolo da sua fé». Perante a enormidade que deriva de se colocar lado a lado uma obra humana com matriz política, ou até mesmo com matriz de baixa política, e o que se considera o mistério eucarístico, o orador não tem outra possibilidade que não a de fulanizar com violência retórica os autores de semelhante procedimento. Num claro ataque *ad hominem*, o sacerdote toca o risível quando baixa o processo

reformista ao nível de uma assembleia que se teria juntado, nas suas palavras, «depois do meio-dia, que de outra forma não podia dar em semelhante extravagância», dando a entender que os protestantes aí reunidos só poderiam estar embriagados.

A microanálise que realiza não se esquece também dos paralelos políticos. Aconteçam ou não as assembleias depois de almoço, o *Discurso* oferece paralelos muito interessantes entre a lógica do processo político e a lógica do processo reformista da Igreja. Para o Padre Baptista de Castro, Lutero não é significativamente diferente de Henrique VIII. Sabendo-se que uma peça oratória não tem obrigação de verdade e que veicula uma mera percepção e entendimento dos eventos históricos, é possível ver como o orador apouca os motivos que conduziram a Reforma ao despeito subjetivo dos protagonistas. As vidas paralelas dos protagonistas são manifestas: «é para notar a conformidade de pareceres em que paralelamente se assemelhou Henrique VIII com Lutero, este, por lhe negarem à sua religião donde foi frade o pregarem as indulgências pontifícias, se rebelou contra a Igreja; Henrique, por lhe negarem uma dispensa, desertou do seu grémio; ficando ambos propagando aos seus sequazes o ódio mal fundado que ganharam pelas paixões ilícitas».

Estas vidas paralelas em despeito sacrílego dão ao Padre Baptista de Castro oportunidade de dirigir a sua atenção para os destinatários

das novas verdades fabricadas pelas assembleias protestantes. Há aqui uma paleta de cursos possíveis de ação, todos eles muito interessantes e com longa posteridade.

Em primeiro lugar, advoga-se um despertar, uma tomada de consciência de todo o processo reformista. Não se compreende, contudo, ou por misericórdia, ou por cegueira intelectual, que não é possível o crente despertar da ilusão em que vive. Há aqui um duplo constrangimento de que o curioso erudito não se apercebe: despertar da ilusão pressupõe liberdade de consciência; ora, é precisamente esta liberdade o fator decisivo que dá origem à Reforma e à construção das novas verdades protestantes, que não têm fundamento, do seu ponto de vista. O Padre Baptista de Castro é assertivo a este respeito: «a liberdade de consciência foi [o] que os levou ao precipício». Ora, como não é possível defender a dignidade da vida humana em sede do cristianismo sem liberdade de consciência? O que é mesmo o «precipício»? A distância em relação a Roma, real ou simbólica, é um pequeno pormenor, já que a liberdade de consciência descreve a natureza humana, e não um traço datado e regional da vida humana, como Roma. Despertar da alegada ilusão da Igreja Reformada tem como consequência fragilizar o catolicismo romano. A consequência impõe-se com força: neste contexto, a única vida possível para os crentes é a de viverem sem liberdade e sem consciência. Não está em causa a bondade e a verdade última dos objetos da crença cristã:

mesmo que todas as linhas neotestamentárias sejam verdadeiras, ainda assim, a natureza humana, precisamente porque é livre e consciente, abalará inevitavelmente esses objetos de crença. Deste ponto de vista, o mérito da Reforma foi diminuto, porque apenas foi possível devido a características da natureza humana que os protagonistas da Reforma não criaram.

Há, pois, muitos «precipícios» na poderosa alusão do Padre Baptista de Castro: a fragilidade fundamental da crença religiosa revela-se, ao seu olhar ortodoxo, nos excessos da Reforma, mormente no nível absurdo de atomização que se seguiu a Lutero; mas também se revela na vida conformada dos católicos romanos, secretamente sabedores de que qualquer conjugação dos verbos que efetivam a liberdade de consciência condena Roma ao colapso, mais tarde ou mais cedo. A encimar os braços do dilema está ainda o espetáculo patético de uma humanidade a esbracejar contra os gigantes da sua própria natureza. Não está ao alcance de nenhum ser humano alterar os factos da natureza humana: acreditar, ser livre, ser consciente. O olhar de denúncia dos excessos reformistas tem, pois, um alcance muito vasto. A caricatura que Baptista de Castro faz das seitas protestantes abala a segurança das vidas que não valorizam nem a liberdade nem a consciência. Não se trata de mera oposição à Reforma. O humor corrosivo do apontamento caricatural assinala a consciência dúplice que toda a crença genuína possui. A bondade do assunto esconde, como se vê, um «precipício».

Não há forma, pois, de proceder com sabedoria neste assunto. Tudo o que se decidir a seu respeito será errado.

Em segundo lugar, a tomada de consciência deverá produzir uma vergonha pela situação em que o crente se encontra. Não se trata de um ato solitário, mas de um convite a que os povos dos países reformados se envergonhem: «se estes mesmos partidários refletirem bem nos motivos que tiveram as suas chamadas reformas, se envergonharão de ser observantes dessa Religião que tivera por princípios tais fundamentos». A fenomenologia da vergonha que sucede à denúncia de uma ilusão religiosa é um assunto demasiado vasto para ser abordado na pequena peça oratória, mas Baptista de Castro não parece apontar para um desânimo subsequente à consciência envergonhada. Não estava no seu horizonte que a vergonha derivada da consciência cruel da ilusão anterior possa conduzir ao niilismo total. Circunstancialmente, esse desenvolvimento não aconteceu na época, mas a denúncia da vergonha que os outros deveriam sentir é um incêndio que, ao alastrar-se, acabará por queimar as certezas da comunidade que denunciou a fragilidade das crenças dos outros.

O que impede a desistência é uma dupla ilusão: a ilusão de que a ação política poderá sanar a verdade religiosa; e a ilusão de que há uma verdade religiosa que está além de todo o processo político. Chamando à colação a de-

capitação de Carlos I, pergunta-se Baptista de Castro por que razão não aconteceu o mesmo com Henrique VIII? Se, afinal, os britânicos são tão ciosos do bem da sua liberdade, porque não se rebelaram contra quem lhes roubou um bem muito maior do que o da própria liberdade? A pergunta tem em si mesma uma recomendação tácita de um curso de ação futuro e uma resposta de base antropológica. A recomendação tácita faz com que se perceba imediatamente que o anterior ataque *ad hominem* à assembleia protestante que instituiu os artigos de fé não tinha sido um aparte bem-humorado. Se de facto está em causa a perda de um bem sem comparação possível com a vida humana, é racional seguir a insinuação desse curso de ação violenta, sendo difícil justificar o homicídio político com base no próprio conteúdo doutrinário baseado no amor. Este beco sem saída do pensamento de Baptista de Castro revela-se na observação que faz sobre a ação humana. Diz ele que «a ilação que se tira do que obraram é evidente, por ser costume inveterado no mundo as conveniências temporais preferirem-se às eternas». Como é evidente, esta observação não é explorada até às suas últimas consequências. Se o cristão é um ser que prefere habitualmente, ou até por natureza, as conveniências temporais às eternas, essa verdade não se manifestaria apenas no momento da Reforma europeia, mas, obviamente, em todos os momentos anteriores da história do próprio cristianismo. Também este poderia ser inter-

pretado como uma *conveniência* temporal, porque, bem vistas as coisas, ele próprio constituiu uma reforma em relação às crenças da época, e, ao longo de toda a sua história, teve lutas incessantes contra heresias, dissensões internas, cismas e outros sobressaltos de que a Reforma foi apenas uma instância particularmente significativa.

Seja como for, a observação aparentemente banal de que os seres humanos preferem as conveniências temporais às eternas corrói a convicção de que existe uma verdade religiosa acima do mundo vasto da ação política. Poder-se-á invocar de modo patético instâncias que contrabalançam o efeito corrosivo dessas «conveniências temporais». Baptista de Castro alude certamente às terapias religiosas que se impunham, como a «autoridade da tradição e Santos Padres, o infalível oráculo da Igreja dos sucessores de São Pedro», que, acreditava ele, «permanecem e permanecerão até o fim dos séculos com o indubitável carácter de vigário[s] de Cristo na terra, apesar dos seus antagonistas». O problema que a Reforma protestante revelou com uma clareza meridiana, nunca atingida anteriormente na longa história da luta da Igreja contra as heresias, é o de que essas terapias não resultam. Afinal, como recordou Baptista de Castro, as tais conveniências temporais têm um papel desproporcionado na vida humana.

E também não resultam as outras sugestões que fez para se evitar o precipício. Os protes-

tantes britânicos sofrem por «não ter quem os obrigue a jejuns, quem os constranja a uma confissão quaresmal, quem os incite a ouvir a missa, nem tampouco quem os proíba da relaxação dos costumes». Afinal, jejuns obrigatórios, confissões regulamentadas, incitamentos à missa e proibição de costumes relaxados existiram durante séculos. Não conseguiram deter o processo da Reforma. Mais uma vez, o Padre Baptista de Castro parece apontar para a fragilidade da natureza humana, afirmando que «tudo isto lisonjeia muito a quem é de carne e sangue». Precisamente: esta lisonja é parte da natureza humana, e nem Lutero, nem Henrique VIII, nem Roma a podem abalar.

4. Coda

Para concluir, impõe-se uma reflexão final. O *Discurso sobre vários pontos da religião católica contra os hereges protestantes* parece um mero apanhado de alguns preconceitos católicos setecentistas a respeito da Reforma. O jogo de percepções mútuas que revela não parece também ultrapassar o nível do anedotário. Todavia, seja no que ostensivamente é pensado, seja no que não pôde de todo ser pensado, esta peça da oratória apologética do século XVIII português revela problemas fundamentais do cristianismo que estão longe de ser solucionados. Muitos deles foram equacionados com mais profundidade noutros con-

textos, mas a sua reunião no manuscrito de Baptista de Castro é significativa.

Não está em causa apenas a recusa de atribuir qualquer bondade última ao movimento da Reforma europeia por parte de um sacerdote conservador. O valor perene de documentos como este *Discurso* reside na convicção de que a parte política do cristianismo não é residual. Acreditar é um verbo político. Faltou, certamente, ao Padre Baptista de Castro levar esta tese às últimas consequências; mas, verdade seja dita, não se esperaria jamais que um sacerdote português setecentista o fizesse. Em conclusão, pois, é possível afirmar que esta percepção portuguesa da Reforma revela um pensamento religioso à beira do tal «precipício». Este é, talvez, o melhor sítio para se estar, devido à razão mais imperiosa de todas: o precipício é a natureza humana.

5. Anexo: Manuscrito do *Discurso sobre vários pontos da religião católica contra os hereges protestantes*²

O *Spectator* inglês [é] o mais distinto e feliz génio da sua nação para profundar e expor à inteligência de todos os fundamentos das paixões humanas, que anatomiza com judiciosa crítica, até o âmago das matérias, subindo por elas até o mais recôndito das suas origens, donde tira acertadíssimas ilações,

² O manuscrito só tem dois fólios, isto é, quatro páginas. Atualizou-se a ortografia e a pontuação. As passagens ilegíveis assinalam-se com parênteses retos: [?]. A passagem do fl. 52 para o 53 é assinalada (/53/), bem como a dos aversos para os versos (/52v/ e /53v/). As palavras em falta são assinaladas por [] e as explicitações entimemáticas por [sc.].

para produzir sólidas moralidades, em utilidade do próximo.

Este prodigioso indagador da humanidade, digo, se enganou desgraçadamente em um dos discursos das suas obras, que vem no tomo II do Discurso LXVIII, dizendo que a Religião Romana era cheia de superstições e cerimônias supérfluas, como ele diz tinha testemunhado em Roma no Pontifical de um Pontífice, onde escusadamente se gastaram duas horas em mudar paramentos, e por esta forma condena os Ritos Romanos, e louva muito os da Religião Reformada, mostrando esquecer-se, não por ignorância, mas despropósito da sua costumada averiguação, de anatomizar os princípios das matérias que trata; mas o que neste ponto deixou de dizer em qualidade de Espectador, cuja Reflexão não devia deixar passar, agora o perguntamos ao seu continuador, que se digne responder à objeção que sobre o mesmo pensamento produzimos.

É certo que a Nação Britânica é das mais antigas da Europa, não obstante as revoluções de outras que naquela ilha dominaram. Mas também é mais certo que a Religião Romana principiou nela a resplandecer muito antes que em outros reinos do nosso continente, pois o seu estimado Dr. [sc. Edward] Stillingfeet, no livro intitulado *Origines Britannicae*, diz que São Paulo fora o primeiro instituidor de uma igreja naquela ilha, e que a força do Cristianismo florescera debaixo do reinado de Lucius, rei bretão, e o primeiro

rei cristão que houve, para o fim do segundo século do nascimento de Cristo, e já muitos santos nesse tempo tinham alcançado a auréola de mártires, pela fé do mesmo Cristo, continuando na Religião pelo dilatado decurso de mais de treze séculos, elevando-se à perfeição de se reduzir toda a nação à crença do Catolicismo, obedientes a um só Pastor, uma só Lei, unânimes na Doutrina que pregaram os Apóstolos, crendo nos Mistérios que Cristo instituiu e ensinou, vivendo todos conformes [e] sem discrepância até à infeliz época de 1527, tempo em que o desgraçado Rei Henrique VIII /52v/ entrou nas tenções de cassar o matrimônio que tinha contraído havia 18 anos com a Rainha Catarina de Aragão, de quem tinha já três filhos, só a fim de [pôr] no Trono o infame objeto do seu ilícito amor, que era Ana Bolena. E porque o Pontífice, que então era Alexandre VII, lhe denegou a dispensa por injustíssimo, em ódio do que também lhe negou o Rei a obediência, abraçando aqueles mesmos erros, que alguns anos antes, com heroica e louvada resolução, tinha defendido contra Lutero, famoso heresiarca, por cuja obra mereceu este que o Pontífice lhe desse o justo e merecido título de defensor da Fé, o qual [os] seus sucessores ainda hoje guardam, posto que indevidamente, mas não deixa de ser providente conservarem nesta relíquia uma confissão da validade do poder dos sucessores de São Pedro, quando negam a todos os seus institutos o valor das operações espirituais; mas a conveniência faz exhibir a verdade. Desde

esta vergonhosa data conta o seu princípio a Religião Reformada, que há duzentos e trinta anos que trabalha na reforma dos chamados abusos da Religião, e por isso se acham sem nenhuma; pois o fruto que se vê naquele reino é [?] quási tantas as seitas como as famílias, e ainda mais haver família em a qual serão tão diferentes as crenças que o pai segue uma, a mãe, outra, os filhos, diversas, e até os servos as que têm são encontradas.

Que diria Mr. Addison se tivesse refletido em todos estes pontos? Que a matéria de maior peso e mais importante qual é a da Religião, que leva e conduz as criaturas à Salvação eterna, perigar por uma teima de capricho, ou mais claro por motivo de uma paixão atroz, sem ser bastante para amantes a respeitável antiguidade de mil e trezentos anos em que o povo britânico [?] sempre creu, cujas instruções se ouviram soar em Inglaterra por vozes dos Apóstolos, que as tinham ouvido de viva voz ao mesmo Cristo: autoridade da tradição e Santos Padres, o infalível oráculo da Igreja dos sucessores de São Pedro, que desde então permanecem, e permanecerão até o fim dos séculos, com o indubitável carácter de vigário de Cristo na terra, apesar dos seus antagonistas, que posto tenham caluniado a alguns de serem formais nos costumes, na inteireza do Dogma não podem claudicar, que a palavra dele em sustê-los não deve falir. E só de duzentos anos a esta parte é que acharam os Ingleses que esta Religião se devia reformar, tomando o novo em país tão abominável como acima

fica dito, por se mostrarem co[?], para com um rei apaixonado, nas maiores desordens que o mundo condena, dando logo princípio a abalar e desarreigar a Religião pelo mais augusto sacramento que é o eucarístico, como se mostra pela suma dos artigos da [?] Igreja Anglicana, que no Artigo 28 diz o seguinte: «Que o Sacramento /53/ da Santa Ceia faz participantes do corpo e sangue de Jesus Cristo aqueles que o comungam dignamente. Que a transubstanciação não se pode provar pela Escritura Santa, a quem ela é contrária. Que o corpo de Cristo é dado e comido de uma maneira celeste e espiritual somente, quer dizer, pela Fé; e que este Sacramento não deve, segundo a instituição de Jesus Cristo, ser posto em Sacrário, levado em procissão de uma para outra parte, nem adorado». Oh, Deus, o que vós sofreis! Esta foi a resulta da assembleia que congregaram para formar o símbolo da sua fé: será esta a tenção com que Deus mandou o seu filho ao mundo para ensinar aos homens a Religião com que o haviam de servir? Será esta a verdadeira inteligência do mistério, quando Jesus Cristo naquela memorável noite, cercado dos seus Apóstolos, se institui a Si mesmo em Sacramento, este deu em sagrada comunhão aos seus discípulos, e que estes o propagassem por todas as nações da terra, pela forma e realidade com que a elle viam fazer? Será este o reto sentir da Igreja Católica Romana, da Tradição, Santos Padres e Doutores, que pela duração de tantos séculos, e até o fim deles, se praticará entre os verdadeiros católicos a sua instituição sem alteração

alguma? Não: só na Grã-Bretanha se acharam capazes um punhado de lisonjeiros e complacentes para com os seus apaixonados monarcas a formar uma nova crença, e transtornar o mais sublime Mistério qual é o da Eucaristia, por condescender com os apetites humanos. Certo que mostra que tal assembleia que se juntou para formar este Símbolo devia ser depois do meio dia, que de outra forma não podia dar em semelhante extravagância.

Isto faz lembrar que sendo esta nação a mais ciosa das regalias e liberdades das suas leis, que por conta delas processaram ao seu Rei Carlos I, e com exemplo nunca visto, nem ouvido, o decapitaram em público cada falso. Pergunta-se agora porque não praticaram o mesmo com Henrique VIII, pois este lhe infringiu outra de maior apreço e importância? A lei divina é de maior consequência do que a humana, a espiritual é mais atendível que a temporal; a ilação que se tira do que obraram é evidente, por ser costume inveterado no mundo, as conveniências temporais preferirem-se às eternas. A liberdade de consciência foi que os levou ao precipício: o não terem quem os obrigue a jejuns, quem os constranja a uma confissão quaresmal, quem os incite a ouvir a Missa, nem tampouco quem os proíba da relaxação dos costumes, tudo isto lisonjeia muito a quem é de carne e sangue.

É para notar a conformidade de pareceres em que paralelamente se assemelhou Henrique VIII com Lutero: este, por lhe negarem à sua religião,

/53v/ donde foi frade o pregarem as indulgências pontifícias, se rebelou contra a Igreja; Henrique, por lhe negarem uma dispensa, desertou do seu grémio, ficando ambos propagando aos seus sequazes o ódio mal fundado que ganharam pelas paixões ilícitas. Mas se estes mesmos partidários refletirem bem nos motivos que tiveram as suas chamadas reformas, se envergonharão de ser observantes dessa Religião, que tivera por princípio tais fundamentos.

No que respeita ao que diz Mr. Addison, e com ele todos os seus partidários, que o Pontífice e a Igreja usam de paramentos e cerimónias supérfluas [?] que no seu sentir quer seja mais ostentação vã e temporal do que rito religioso, persuadindo que a dignidade do culto divino se tratasse por modo de explicar em tudo capricho [?], e não com a majestade que lhe é devida. Pergunta-se agora a tão obséquio crítico da Igreja a da sua cabeça. Se a magnificência com que [?] os reis da terra em que todo o orbe terreno crê e dá veneração, [?] lhos darão a grandeza, vaidade com que se mostram aos olhos de todos? Já [?] em soberbos tronos onde se prodiga o ouro, e os diamantes, fazendo-se conduzir as elegantes carroças, acompanhados dos mais ilustres da sua corte, e lustrosos guardas que o circundam, estendendo-se este aparato com pouca diferença [?] aos seus Embaixadores, Vice-reis que representam a sua pessoa, a mando de um cerimonial rigoroso nas funções de corte, que é pasmo dos olhos e admiração do pensamento, e quem maior figura faz nesta

matéria, maiores louvores e aplausos recebe das criaturas. Só para a Igreja, que são os palácios da terra em que habita pessoalmente o vigário de Cristo, que é o Vice-Deus no mundo, há questões [?] procuram assinar-lhe estatutos económicos! Isto parece [que] não tem resposta, e [se] tem será tão débil como tirada [das] ofuscadas luzes da fragilidade humana, por no[ssa] nação forçosamente ser ao temporal larga e no espiritual mesquinha. Lisboa, 2 de fevereiro de 1756.

Bibliografia

Manuscrita

Castro, J. B. (1756). *Discurso sobre vários pontos da religião católica contra os protestantes*. Biblioteca Pública de Évora, Cimélios, cód. CXII/2-13 a fl. 51.

Impressa

Addison, J. (1854). *The works of Addison – The Spectator*. G. P. Putnam & Co. New York. Vol. V;

Anónimo (2008). *Discurso em honra e favor da cornudagem, seguido de Cornos naturais, extraordinários, imaginários, postiços, simbólicos, da autoria de Francisco Xavier de Oliveira, acrescentado ainda por uma curta elucidação acerca de São Cornélio, Papa, redigida por João Bautista de Castro, a que se juntaram em apêndice, cinco sonetos inéditos (?) do Lobo da Madragoa*. (Org., pref. e anotação de F.-A. Almeida). Teorema. Lisboa;

Barata, C. J. (1734). *Espelho da eloquência portuguesa [...]*. Oficina de António Pedroso Galvão. Lisboa Ocidental;

Castro, A. P. (2008). *Retórica e teorização literária em Portugal: do humanismo ao neoclassicismo*. (2.^a ed.). INCM. Lisboa;

Castro, J. B. (1987). *A aflição confortada dirigida à virtude da paciência*. (Introd. de C. A. Ferreira, ed. de R. Albery). PP/Edições Passado Presente. Lisboa;

Machado, D. B. (1747). *Biblioteca lusitana, histórica, crítica, e cronológica*. Oficina de Inácio Rodrigues. Lisboa. T. II;

Rivara, J. H. C. e Matos, J. A. S. T. (1871). *Catalogo dos manuscritos da Biblioteca Pública Eborensis – Que compreende Ciencias, Artes e Poligrafia*. Imprensa Nacional. Lisboa. T. IV, parte I;

Shaw, G. B. (1913). *The perfect Wagnerite: A commentary on the Niblung's Ring*. B. Tauchnitz. London;

Stillingfleet, E. (1685). *Origines Britannicae: Or, The antiquities of the British churches*. M. Flesher. London;

VV. AA. (1783). *The thirty-nine articles of the Church of England, Illustrated with notes, and confirmed by texts of the Holy Scripture, and testimonies of the primitive Fathers [...]*. (7.^a ed.). John, Francis, and Charles Rivington. London.